



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Intervenção da Ministra da Justiça

Rita Alarcão Júdice

na audição parlamentar na Comissão de Assuntos

Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Lisboa, 21 de janeiro de 2025

Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

Senhoras e Senhores Deputados,

Passaram quase quatro meses desde a minha última audição nesta comissão e devo dizer que é com sentido de dever e respeito institucional que aqui compareço de novo.

Vir a esta comissão é sempre motivo de grande responsabilidade, para mim e para as Senhoras Secretárias de Estado que me acompanham.

Valorizamos o interesse com que esta Comissão segue a atividade do Ministério da Justiça – que agradecemos – e encaramos esta audição como um saudável exercício de prestação de contas. É para isso que aqui estamos.

Ninguém na minha equipa se vai esquecer do mês de setembro de 2024. A fuga de cinco reclusos, na manhã solarenga daquele sábado, dia 7, marcou esse fim-de-semana, essa semana, as semanas seguintes e os meses seguintes.

Esse acontecimento, indesejável e lamentável, levou-nos a agir depressa com:

- A renovação na equipa da Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais
- Com a escolha de novas direções nos Estabelecimentos Prisionais
- Com a revisão de regulamentos e procedimentos de segurança e
- Com uma auditoria inédita à segurança das 49 prisões do país, que incluiu um levantamento exaustivo das necessidades de cada EP.

É, aliás, o detalhe e a minúcia desta auditoria que a impedem de ser tornada pública. As condições de segurança do sistema prisional não podem, nem devem ser divulgadas. Devem, podem e estão a ser corrigidas e reforçadas onde se revela necessário.

Antes da “fuga de Vale de Judeus”, já o Governo tinha estabelecido como prioritária a valorização da carreira de guarda prisional e atribuído um aumento de 300 euros no suplemento por serviço da guarda prisional. Nos últimos quatro meses concluímos a revisão do modelo de avaliação e avançámos com o concurso para a contratação de mais 225 guardas prisionais.

Com a abertura do concurso assistimos à desinformação sobre remunerações e a tentativas insistentes e persistentes para desvalorizar a carreira, vinda de vários lados, designadamente dos sindicatos, que nada

contribuíram para o sucesso do concurso. Ainda assim, as candidaturas recebidas duplicaram as vagas disponíveis. As provas de seleção estão em curso.

As prisões sofrem de um mal comum a muitas áreas da Justiça: um grave desinvestimento acumulado durante anos.

O abandono que encontramos é de tal ordem que tem fundamentado, como é sabido, muitas queixas contra o Estado Português apresentadas junto do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, assim, com os recursos disponíveis, estamos a fazer obras urgentes no EP de Lisboa e no EP de Ponta Delgada:

- ✓ No EP de Lisboa estão a ser **remodeladas 20 celas**, de cada vez, na ala mais degradada do Estabelecimento;
- ✓ No EP de S. Miguel (que não é misto), um **grupo de reclusas** que lá permanecia já foi transferido e
- ✓ A tristemente conhecida “**camarata com 40 camas**” vai ser encerrada no próximo mês de fevereiro.

Posso garantir que esta equipa governativa, juntamente com a nova direção da DGRSP tudo está a fazer para que o sistema prisional que teremos no final do ano já não tenha comparação com o que encontramos há meio ano. Não viemos mesmo para deixar tudo na mesma.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Segundo um barómetro recente, o pior da Justiça para os cidadãos que a ela recorrem é a lentidão dos processos. Em matéria de **celeridade processual** também há novidades desde a última vez que aqui estivemos: a tramitação eletrónica do inquérito no processo penal avançou e está a dar frutos. De 3 de dezembro a 3 de janeiro, **sete mil peças processuais e 22 mil notificações** foram entregues, de forma rápida e segura, por via eletrónica. Este trabalho, feito pela via tradicional, iria custar oito meses de trabalho a um oficial de justiça.

A Justiça, para ser bem aplicada, não pode ser lenta, mas não basta ser rápida, porque a rapidez não deve ser um princípio absoluto. Mas deve ser célere.

A Justiça célere não depende apenas de investimento na digitalização. Exige mais magistrados e mais oficiais de justiça. Também aqui avançámos muito nestes últimos 4 meses.

A **nova Lei do CEJ**, que vem rever as condições de acesso às magistraturas, criar o novo polo do CEJ em Vila do Conde e aumentar o correspondente número de vagas, fez o seu caminho legislativo em tempo *record*. Mas a sua discussão na especialidade, marcada para a semana passada, foi adiada a

pedido do grupo parlamentar do Partido Socialista. Como compreendem, sem o novo regime de admissão, não poderemos avançar para a publicação do anúncio do novo Curso de Formação de Juízes e de Procuradores, tão necessário e tão desejado. Aguardamos com compreensível expectativa a sua aprovação para que possamos, sem mais demoras, abrir o novo Curso.

Quanto aos **oficiais de justiça**, também concluímos, nos últimos 4 meses, o processo de concurso e colocação dos novos oficiais de justiça. Iniciaram ontem funções os cerca de 600 novos contratados, com uma formação intensiva durante duas semanas, antes de ocuparem os seus lugares nas secretarias judiciais. Estamos já a receber ecos positivos destas entradas.

Outra preocupação que temos tido é a de nomear, com a maior brevidade possível, as pessoas mais indicadas para **dirigentes dos organismos do Ministério**.

Todos os cargos de direção estão preenchidos. E sempre que a nomeação é feita em regime de substituição, é aberto dentro do prazo legal, o concurso junto da CRESAP com vista à escolha dos dirigentes em regime de definitividade.

Outro problema grave que nos foi legado pelo Governo anterior foi o dos recursos humanos na **área dos Registos**. Concursos abertos em 2023 tinham ficado por concluir. Também nestes últimos quatro meses

conseguimos desbloquear **vagas para 50 Conservadores e 240 Oficiais de Registo**, que tinham concorrido, tinham sido selecionados, mas até agora não tinham sido contratados.

Ainda para este ano, estamos a preparar o concurso para recrutar mais **70 Conservadores e 380 Oficiais de Registo**.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nestes quatro meses concluímos também a revisão da **Tabela de Honorários dos Advogados Oficiosos**, que se mantinha idêntica há 20 anos. Foi revista, não só nos montantes como também na tipificação e abrangência de atos incluídos para efeitos de defesa oficiosa. Esperamos estar em condições de publicar a nova Portaria muito em breve.

Investimentos em edificado, que aguardavam decisão há décadas estão em marcha, e desde que aqui estivemos há quatro meses:

- O contrato para a execução do projeto do novo **Palácio de Justiça de Coimbra**, uma ambição de várias décadas, foi assinado com a Câmara Municipal de Coimbra.
- A construção do novo **Palácio de Justiça de Portalegre**, aguardada há mais de 10 anos, foi adjudicada. O pedido do visto ao Tribunal de Contas foi entregue ontem.



- o contrato para a remodelação, ampliação ou construção do novo **Palácio de Justiça de Santa Maria da Feira** foi assinado com a Câmara Municipal na semana passada.
- No mesmo dia, assinámos com a Câmara de Vila do Conde o contrato para as obras de remodelação do Convento do Carmo, onde vai ficar instalado o **polo do CEJ no Norte**.
- Já se iniciaram as obras de remodelação do **Tribunal de Penafiel** e de construção do novo **Campus de Justiça de Guimarães**.
- O contrato interadministrativo para a construção do novo **Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira** foi assinado com a Câmara Municipal no final de outubro.
- Em dezembro, contratualizámos, **na Madeira**, a revisão do projeto de construção do Palácio da Justiça de Santa Cruz e a empreitada de obras de reparação e beneficiação do edifício "Funchal 2000", que alberga vários tribunais e serviços de justiça.
- E em **Lisboa**, onde o **Campus de Justiça** já custou ao Estado 222 milhões de euros em rendas, o grupo de trabalho que vai estudar o futuro do Campus, já reuniu para estudar as alternativas para quando, em 2034, o contrato de arrendamento chegar ao fim.

Senhora Presidente,

Não gostaria de terminar sem um breve balanço sobre a execução da Agenda Anticorrupção.

A quase totalidade das 32 medidas da Agenda estão em execução, ao ritmo previsto. Gostaria de dar notas mais específicas sobre algumas:

- Está em curso o projeto PRR de conceção de novo **portal BASE**, que vai permitir o tratamento de dados em massa e a análise com tecnologias de *big data* e inteligência artificial;
- A primeira versão do Referencial sobre Ética e Integridade, inserido na **Estratégia Nacional de Educação** para a Cidadania, para todos os ciclos de ensino foi preparada pelo Ministério da Educação e estamos a discuti-la internamente;
- O Grupo de trabalho para **revisão da lei penal e processual** penal em matéria de confisco de bens vai apresentar daqui a 10 dias uma versão preliminar do anteprojecto;
- Conto que, no próximo mês, possa iniciar funções o grupo de peritos que vai dedicar-se à promoção da **eficácia e celeridade do processo penal**, tendo no seu mandato a incumbência de equacionar a amplitude e função da instrução, o reforço dos poderes de condução e apreciação do juiz; e proceder a alterações no Código de Processo Penal, nomeadamente em matéria de recursos.

Dispensamo-nos de referir a lei do lóbi, que está nas mãos dos Senhores Deputados. Já aqui me referi à tramitação eletrónica do inquérito no processo penal, outro dos pontos da agenda cumprido.

Posso, ainda, acrescentar que o tema da fiscalização das autarquias conhecerá desenvolvimentos a breve prazo.

Há muito mais por fazer, estamos cientes disso. A **reforma da Justiça** só faz sentido se a concretizarmos, medida a medida.

A **reforma da Justiça não é** um conceito vago, que se transforma num *cliché* de cada vez que alguém a reclama:

A **reforma da Justiça é** pensar no futuro, é preservar e aumentar a atratividade das carreiras que a fazem funcionar, magistrados e funcionários judiciais, conservadores, oficiais de registo, guardas prisionais, técnicos de reinserção social, inspetores.

A **reforma da Justiça é** servir bem o cidadão e quem nela trabalha, com instalações condignas designadamente Tribunais e Conservatórias.

A **reforma da Justiça é** ter mais segurança nas prisões e condições dignas para os reclusos e para os guardas prisionais.

A **reforma da Justiça é** usar a tecnologia e a digitalização para poupar tempo, burocracias e deslocações.

A **reforma da justiça é** ter legislação clara, que não mude a cada sobressalto, e que as mudanças sejam refletidas e ponderadas.

Entre muitas outras coisas, **reformular a Justiça é** eliminar expedientes inúteis, manobras dilatórias e caminhos labirínticos que só ajudam a descredibilizar a Justiça aos olhos dos nossos concidadãos, que esperam muito de nós, por isso, nos elegeram.

Este papel cabe ao Governo, mas também ao Parlamento. Para tudo isto, o empenho das Senhoras e Senhores Deputados é também imprescindível. O Ministério da Justiça não deixará de contribuir para essa mudança.

Estamos ao seu dispor, Senhora Presidente, para as perguntas que entendam fazer-nos.

**Só faz fé a versão efetivamente dita*